O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 3 | Nº 8 | Boa Vista | 2020

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.3960447

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

A CONJUNTURA DO GOLPE DE 2016: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DA MÍDIA HEGEMÔNICA BRASILEIRA

Antonio Edson Alves da Silva[1]

Resumo

O processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi um dos maiores golpes que a jovem democracia brasileira sofreu, nesse sentido, este artigo objetiva analisar criticamente a conjuntura desse evento político midiático contra as instituições democráticas brasileiras sob a ótica da Análise de Discurso Crítica. Para tanto, toma-se como referencial teórico-metodológico Fairclough (2003) e Silva (2019) em diálogo multidisciplinar com Souza (2016) e Guerra (2017), tendo em vista a natureza interpretativista e o caráter qualitativo desta pesquisa. As principais observações apontam para uma efetiva contribuição da mídia hegemônica brasileira no processo de legitimação do Golpe de 2016.

Palavras chave: Brasil; Conjuntura; Golpe de 2016; Mídia.

Abstract

The process of impediment of President Dilma Rousseff in 2016 was one of the biggest blows that the young Brazilian democracy suffered. In this sense, this article aims to critically analyze the conjuncture of this political media event against Brazilian democratic institutions from the perspective of Critical Discourse Analysis. To do so, Fairclough (2003) and Silva (2019) are used as a theoretical-methodological framework in a multidisciplinary dialogue with Souza (2016) and Guerra (2017), in view of the interpretative nature and qualitative nature of this research. The main observations point to an effective contribution by the Brazilian hegemonic media in the process of legitimizing the 2016 coup.

Keywords: 2016 Coup; Brazil; Conjuncture; Media.

INTRODUÇÃO

Sim, foi GOLPE!
Orquestrado
Por sorrisos velhos e apertos de mão
Rumo ao passado
A esperança das ruas de 2013
Catalisou aquele grande acordo nacional
Com o supremo
E com tudo
Pra estancar uma sangria
Em nome da família
E de um torturador
Motivo de vergonha
Indignação!
(DEAD FISH, 2016)

A jovem democracia brasileira instituída em sua Carta Magna em 1988 foi duramente golpeada em 2016, tendo em vista a forma em que partidos autointitulados de direitas com o apoio da grande

[1] Graduado em Letras, mestre e doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor temporário da Rede Pública Estadual do Ceará (SEDUC-CE). Email para contato: edson.crat@gmail.com

mídia corporativa conseguiu derrubar a primeira presidenta brasileira, eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos. Dilma Rousseff é uma política e economista brasileira, que durante o governo Lula exerceu a função de Ministra da Casa Civil (2005-2010). "Sua vida foi marcada por engajamento nos movimentos sociais junto ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, posteriormente, ao Partido dos Trabalhadores (PT) (SILVA, 2019).

Em 2013, em todo território nacional, iniciou com muito vigor uma onda de manifestações, que inicialmente cobravam acerca do aumento da tarifa de transporte público, e, posteriormente, de forma estratégica mudou o discurso endurecendo críticas aos governos petistas. Nesse cenário, o papel da grande mídia foi decisivo, a princípio ela cobrava repressão policial contra as manifestações, sendo em sua grande maioria chamados de vândalos, muda seu discurso de forma estratégica e passa a noticiar o movimento como sendo pacífico e legítimo. Os grandes símbolos, como a bandeira do Brasil, o Hino Nacional, os manifestantes com camisas da seleção brasileira, trazem um teor nacionalista e patriota ao movimento.

Silva (2019) e Sousa (2016) classificam o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, como um Golpe de Estado, em virtude dos episódios criados pela farsa parlamentar, judicial e midiática, desde seu primeiro mandato, em sintonia com movimentos ditos antipartidários que posteriormente tiveram seus membros inseridos em pleitos eleitorais. Nessa perspectiva, em abril de 2016, mais de 8 mil juristas lançam um manifesto contra o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, caracterizando-o, como sendo um golpe contra a Constituição e o Estado de Direito.

Nesse sentido, tomando como referência o modelo de análise de discurso proposto por Fairclough (2003), o objetivo geral deste trabalho é analisar criticamente a conjuntura desse evento político midiático contra as instituições democráticas brasileiras sob a ótica da Análise de Discurso Crítica. Para tanto, toma-se como referencial teórico-metodológico Fairclough (2003) e Silva (2019) em diálogo multidisciplinar com Souza (2016) e Guerra (2017), tendo em vista a natureza interpretativista e o caráter qualitativo desta pesquisa.

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

> As abordagens críticas diferem das não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarmos como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença
>
> (FARICLOUGH, 2001, p. 31)

Em falar sobre Análise de Discurso Crítica (ADC), torna-se impossível não ressaltar as contribuições para o seu desenvolvimento, dentre elas, talvez a mais importante, é a de Michael

Halliday, com sua Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) que busca orientar que a linguística crítica acaba opondo-se à prática da linguística regular e da sociolinguística, ao tomar textos completos como ponto de partida para as análises, levando em consideração a língua falada e escrita. A ADC só veio se consolidar como ciência linguística após o simpósio realizado em Amsterdã, em janeiro de 1991, quando Theo van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leewen e Ruth Wodak, empreenderam suas reflexões das diferentes concepções acerca das análises críticas da linguagem, porém Fairclough tornou-se o expoente da ADC, tendo em vista sua proposta teórico-metodológica da Teoria Social do Discurso.

Assim, o papel mais desafiador da abordagem faircloughiana está pautado na maneira reflexiva em identificar na/pela linguagem o que está nas entrelinhas, ou seja, aquilo que foi ocultado pelos atores sociais, mas que é intrínseco ao discurso, bem como o papel social de transformação da realidade. Portanto, o analista torna-se um militante em busca da diminuição das mazelas sociais. Essas práticas elucidadas nesse contexto estão permeadas por diversos elementos constituintes, como os participantes, seres atuantes e ativos nesse processo dialógico que pode ser afetado ou beneficiado. Outro aspecto constitutivo refere-se às próprias ações que são classificadas como o centro das práticas sociais, bem como a elegibilidade dos participantes em proporcionar e provar dos eventos sociais. Ademais, pode-se citar ainda o próprio tempo, o espaço, dentre outros.

Para melhor compreender tais representações de práticas sociais da vida cotidiana desses agentes, recorre-se à concepção de contextualização, tendo como foco a compreensão dos múltiplos sentidos dos mais diversos discursos que são elencados dentro de um possível grau de legitimidade. Igualmente, Bernstein (2003 *apud* CASTILHO, 2013, p. 73) vem corroborar o escopo de tais teorias críticas cunhando uma proposta que tende a "distinguir como os contextos de produção, distribuição e reprodução de textos e códigos das normalizações dos valores e regras" dentro de um determinado campo de pesquisa em ADC.

De tal modo, compreendemos que os discursos podem ser classificados como parte integrante da cognição social, explicitados pelos modos diversos de agir socialmente através de recursos de representação das práticas sociais pela materialização discursiva, ou seja, os textos. Assim, eles têm a função de representar, bem como explicar e legitimar seus atores sociais.

Compreende-se que o texto, independentemente de sua manifestação, oral ou escrito, é a materialização discursiva dessa luta onde se confrontam valores sociais em busca de uma afirmação em detrimento da negação da outra. Percebe-se, ainda que um mesmo aspecto do mundo social pode ser representado através do discurso sobre diferentes pontos de vista, orientando-os através de uma relação dialógica harmônica ou polêmica. Aqui, surge então o que os estudos da ADC vêm apontar para o que

chamamos de interdiscursividade, ou seja, a relação de heterogeneidade de um texto articulado e transpassado por diferentes discursos.

Portanto, nessa sequência, Rajagopalan (2003) sustenta que esse processo de nomeação é um ato político, entendendo que toda vez que determinados noticiários expressam um fato utilizando o exemplo: "presidente Pinochet" ou "ditador Pinochet", como também "MST ocupou terra" ou "MST invadiu terra" traz uma influência midiática para a opinião pública favorável ou desfavorável aos acontecimentos noticiados. Portanto, constitui-se um posicionamento extremamente político e hegemônico, podendo generalizar um discurso que até então expressava opiniões particularidades.

Nesse cenário, Fairclough e Chouliaraki (1999) elencam possíveis obstáculos que podem ser encontrados no decorrer das análises, tais como: análise das conjunturas, das práticas particulares e do próprio discurso, conforme destacado no quadro abaixo sobre as etapas para a Análise de Discurso Crítica, nessa parceria com Chouliaraki.

Quadro 1 – Etapas do enquadre para ADC

<table>
<tr><th colspan="3">ETAPAS DO ENQUADRE PARA ADC DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH (1999)</th></tr>
<tr><td colspan="3">1. Um problema (atividade e reflexividade)</td></tr>
<tr><td rowspan="5">2. Obstáculos para serem superados</td><td colspan="2">a) análise da conjuntura</td></tr>
<tr><td rowspan="2">b) análise da prática particular</td><td>(i) práticas relevantes</td></tr>
<tr><td>(ii) relações do discurso com outros momentos da prática</td></tr>
<tr><td rowspan="2">c) análise do discurso</td><td>(i) análise estrutural</td></tr>
<tr><td>(ii) análise interacional</td></tr>
<tr><td colspan="3">3. Função do problema na prática</td></tr>
<tr><td colspan="3">4. Possíveis maneiras de superar os obstáculos</td></tr>
<tr><td colspan="3">5. Reflexão sobre a análise</td></tr>
</table>

Fonte: Resende e Ramalho (2017).

Sobre o contexto de análise de conjuntura, ela se baseia na tentativa de compreender como e por que se configuram as práticas discursivas, tendo referência no momento social, histórico, político e ideológico que se vivencia e que contribui significativamente na constituição da conjuntura. Em relação à análise das práticas particulares, faz-se necessário observar o momento em que determinadas atividades discursivas ocorrem e sua ligação com o que se vivencia das relações exteriores.

A análise de discurso como terceiro passo para superar obstáculos, observa-se os mais diversos ditos e não-ditos, os gêneros textuais e as vozes que permeiam a prática discursiva e suas relações entre linguagem e prática social. Ao passo que compreendemos os problemas, seguimos outros métodos apresentados por Fairclough e Chouliaraki (1999), compreendendo a função de tal problema na própria

prática, indagando assim, como e de que maneira se pode constituir tal discurso, na própria prática, para superação dos obstáculos.

Assim, entende-se ainda que a reflexão é um processo extremamente necessário para a superação dos obstáculos que permeiam todo percurso de constituição do discurso, conforme enfatiza Resende e Ramalho (2017):

> Nesta perspectiva, o discurso é visto como um momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes - e que, portanto, também devem ser privilegiados, pois o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais também é influenciado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização (RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 38).

Outros aspectos bastante relevantes e observados na ADC, referem-se à caracterização de hegemonia, entendendo-a como sendo esse domínio exercido pelo poder de um grupo dominante em detrimento aos demais. Sobre essa afirmação, Gramsci (*apud* Fairclough, 2001a), afirmar que:

> o poder de uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo, nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica. O conceito de luta hegemônica, assim compreendido, está em harmonia com a dialética do discurso.

Na esteira dessa discussão, Fairclough (2003) ainda estabelece relação entre hegemonia e discurso, colocando a hegemonia e a luta hegemônica como forma de prática e interação discursiva no processo dialético entre discurso e sociedade, e entendendo, posteriormente, o discurso como uma esfera hegemônica. De igual maneira, outra concepção apontada por Fairclough (2003) como sendo essencial para a sustentação hegemônica, refere-se à ideologia, sendo a forma de sustentação do consentimento por meia das lutas pelo poder no mundo, tendo como suporte as práticas discursivas, que por sua vez são práticas sociais. Nesse sentido, destaca o autor:

> Ideologias são representações de aspectos do mundo que podem ser demonstrou contribuir para estabelecer, manter e mudar as relações sociais do poder, da dominação e da exploração. Esta visão "crítica" da ideologia, vendo-a como uma modalidade de poder, contrasta com várias visões "descritivas" da ideologia posições, atitudes, crenças, perspectivas, etc. de grupos sociais sem referência a relações de poder e dominação entre esses grupos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

Assim, percebemos a importância da ideologia como sendo a responsável, em suas mais variadas dimensões, pela produção, reprodução e transformação das relações de dominação e poder. Vislumbramos então o grande potencial de pesquisa proposto pela ADC, uma vez que sua epistemologia sugere que a língua é um tipo de prática social, que os textos resultam dessas práticas traduzindo as desigualdades sociais que seus produtores e receptores estão inseridos, como os traços e significados

que são compreendidos nas relações, além dos posicionamentos ideológicos que, muitas vezes, são camuflados no processo discursivo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA CONJUNTURA DO GOLPE DE 2016

> Em cada casa, um ponto cego, um cidadão se levantou, abriu a porta do armário e o preconceito se espalhou. Quando o passado volta à moda em nome de um torturador, o sonho médio é vestir a carapuça do opressor e achar que tem poder. Buscando um inimigo, fomenta a paranoia e o faz pra confundir. Buscando um inimigo, aponta a arma pra si e é assim que começa.
>
> (DEAD FISH, 2016)

O processo de constituição do Golpe de 2016 está fincado no pensar do próprio capitalismo que vivenciamos em nossa sociedade, uma vez que, conforme Souza (2016), há no Brasil uma elite que detém o poder financeiro e que tem total força para desenhar os rumos que o país deve tomar, tendo em vista a necessidade de aumentar sua riqueza e explorar cada vez mais a classe trabalhadora. Na contramão dessa concepção, depois de anos em que o país era gerenciado pelas grandes corporações, em 2003, a população cansada da exploração sistemática, elege um governo oriundo da classe trabalhadora, ou seja, um metalúrgico, semianalfabeto e nordestino. Essa caracterização, atribuída ao ex-presidente Lula, tem raízes profundas no próprio preconceito das elites dominantes.

O Governo Lula, entre acertos e equívocos, ao assumir, em 2002, manteve alguns marcos que foram essenciais para o desenvolvimento do país, como metas da inflação, mesmo diante da opinião pública que se voltava para questionar a capacidade do metalúrgico em exercer o papel de maior importância política de um país. Nesse sentido, utilizamos dados apresentados pela jornalista Ruth Costas, da *BBC News* Brasil, com matéria veiculada em 13 de maio de 2016, sobre o legado dos 13 anos do Partido dos Trabalhadores no poder em seis indicadores internacionais.[2]

Sobre o aspecto relacionado à economia, em 2002, o país ocupava a 13ª posição no *ranking* global, passando, depois de intenso trabalho do governo petista e sua equipe ministerial, ao 6º lugar, desbancando, inclusive, países da Europa que durante anos ostentavam boas posições mundiais relacionadas à economia. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2007, ocupamos a 7ª posição ultrapassando a França, com toda sua política econômica. Outro aspecto bastante relevante para se analisar acerca da conjuntura do Golpe de 2016, não se pode deixar de mencionar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o combate à pobreza nos governos petistas. Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Costas (2016) indica que a nota do Brasil era 0,649, no início dos anos 2000, e chegou aos 0,755, indicando uma melhora significativa. Essa nota é calculada com

[2] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acesso em: 20/10/2019.

base nos indicadores como a esperança de vida ao nascer, a expectativa de anos de estudo e a renda *per capta.*

Além disso, os programas sociais de distribuição de renda, como o Bolsa Família (junção de programas anteriores do vale gás, bolsa escola e fome zero), é retratado pela ONU como uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido, tendo em vista os dados oficiais garantirem que cinco milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza depois de sua inserção nesse programa de inclusão social. Vale lembrar, que o programa Bolsa Família condiciona seus beneficiários a frequentar rigorosamente a escola, bem como atualizar o cartão de vacinação das crianças, sendo, portanto, um instrumento de mudança social nos âmbitos de acesso à alimentação, à escolarização e à saúde.

Em sintonia com esse cenário, Fonseca *et al.* (2013) salienta que o "Milagre Brasileiro", do governo Lula, foi ter ampliado o programa Bolsa Família a mais de onze milhões de famílias, triplicando sua abrangência, bem como sendo "um acréscimo significativo da massa salarial e do consumo de bens-salários[3]" (FONSECA *et. al.,* 2013, p. 409). Assim, outro indicador importante para ressaltar é o índice de Gini, instrumento criado pelo italiano Conrado Gini, para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, onde o Brasil melhorou no quesito a desigualdade, passando de 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013.

No mais, entre os fatores significativos para o registro da queda da desigualdade no Brasil, Costas (2016) salienta os dados da ONU sobre os efeitos do aumento real do salário mínimo, em 80%[4], entre 2003 e 2010, além das medidas para a formalização do mercado de trabalho brasileiro.

Ainda, sobre a perspectiva de crescimento do país, podemos ressaltar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que buscou diagnosticar os entraves da economia brasileira para traçar metas que pudessem superar e priorizar diversos setores para investimento, sejam eles estatais ou privados, com incentivos fiscais e crédito através de órgãos oficiais, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Sobre isso, Fonseca *et. al.* (2013) afirma:

> Os bancos brasileiros passaram relativamente incólumes pela atual crise, assim como grandes empresas, a exemplo de Petrobras, Vale do Rio do Doce, Gerdau, Embraer, dentre outras. Todos esses fatores somados criam um clima favorável, o qual se associa a eventos simbólicos na área externa, com o crescimento dos investimentos das empresas brasileiras no exterior (de cerca de US$ 1 bilhão anuais nos últimos anos da década de 1990 para em torno de US$ 25 bilhões em 2006-2008) e a presença maior do país em acontecimentos midiáticos Conferência do Clima em Copenhage, tropas no Haiti, conquista de sede das Olimpíadas e da Copa do Mundo (FONSECA *et. al.,* 2013, p. 410).

[3] De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a classe "C" brasileira, que, em 2003, representava 37% do total da população, passou a representar 64% da população em 2008 (Ministério da Fazenda, 2010).

[4] Panorama da Economia Brasileira – superando a crise", em 15 agosto de 2009. Apresentação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 20/07/2019.

Nesse sentido, havia um clima favorável à economia brasileira, com grande crescimento econômico, bem como a própria inserção das classes mais pobres no poder de compra de bens e serviços. Onde houve a inserção da classe mais pobre, que durante mais de 500 anos, desde a colonização portuguesa no Brasil, ficou esquecida, agora, vislumbra um governo da mesma origem chegar à presidência da república, gerando inúmeros conflitos na vida econômica da elite do atraso que tudo possui, como afirmar Souza (2016). A classe mais abastarda nunca quis assinar um contrato formal com as empregadas domésticas[5], até então vivendo em situações desumanas de subemprego e informalidade. De igual maneira, não suportou dividir os mesmos voos[6], nacionais ou internacionais, com as camadas mais populares, nem muito menos deixar que os mais pobres tivessem acesso à educação superior, à pós-graduação e aos cursos tradicionalmente elitizado, conforme dados oficias do IBGE[7].

A elite, elucidada por Souza (2016) e Silva (2019), é a do dinheiro que comanda todas as outras esferas de poder, tendo em vista seu maior capital que possibilita comprar todas as outras instâncias, compra a denominada elite intelectual, que possui grande prestígio a ponto de influenciar as massas, compra a própria elite política, tendo em vista seus recursos que são postos como barganha para financiar, posteriormente, pleitos eleitorais. Depois, de forma direta ou indireta, essa elite tem poder para comprar a elite jurídica, jornalística, literária etc. (SOUZA, 2016, p. 23). Assim, todas essas instâncias, que a princípio deveriam estar desvinculadas de posições específicas, acabam sendo reprodutoras do desejo da elite que domina o país.

Aqui, podemos associar todas essas lutas, que se dão através do discurso, como sendo um jogo de interesse da elite dominante (SOUZA, 2016) em detrimento das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, nunca visto antes na história deste país. Nesse sentido, Souza (2016) exemplifica a farsa midiática constituída sobre a guerra no Iraque[8], uma vez que o país é visto como uma ameaça ao

[5] Lei das domésticas, sancionada por Dilma Rousseff [01/06/2015]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>.Acesso em: 20/07/2019.

[6] Reportagem do portal de notícias Terra [18/07/2013]. Disponível em: <https://www.terra.com.br> Acesso em: 20/07/2019.

[7] Em 2004, 20% mais ricos representavam 55% dos universitários da rede pública e 68,9% da particular. Em 2013, proporções caíram para 38,8% e 43%, respectivamente. O acesso de estudantes de baixa renda nas universidades públicas aumentou significativamente entre 2004 e 2013, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, divulgada nesta quarta-feira (17), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2004, apenas 1,4% dos estudantes do ensino superior pertencentes aos 20% com os menores rendimentos (1° quinto) frequentavam universidades públicas. Em 2013, essa proporção chegou a 7,2%. Analisando de outra forma, em 2004, os 20% mais ricos do País representavam 55% dos universitários da rede pública e 68,9% da rede particular. Em 2013, essas proporções caíram para 38,8% e 43%, respectivamente. Desta forma, os 20% mais pobres, que eram apenas 1,7% dos universitários da rede pública, chegaram a 7,2%. Na rede privada, a presença dos mais pobres mais do que dobrou, saltando de 1,3% para 3,7%. A proporção de estudantes de 18 a 24 anos na universidade passou de 32,9% em 2004 para 55% em 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em: 20/07/2019.

[8] Tropas americanas e britânicas continuam rumo a Bagdá, enfrentando resistência por parte de soldados iraquianos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 20/07/2019.

restante do mundo, sendo isso verdade absoluta criada pela grande indústria petrolífera para conquistar, naquele país, todo seu potencial de exploração de petróleo[9].

Destarte, podemos perceber que a elite do dinheiro tem poder suficiente para manipular a noção de verdade, a ponto de se eximir de toda culpa, diante de um evento social, e criar uma "ordem legal" e um "discurso político-social" (SOUZA, 2016, p.24) silenciando todas as outras vozes e jogando a culpa em quem ela desejar, ou seja, aqueles grupos do quais ela acredita ser ameaça.

> É uma dominação construída para permitir e justificar a drenagem de recursos de todos para poucos bolsos, em tempos normais. Com isso, ela faz recair n ombro de outras elites a culpa de crises e desequilíbrios – mesmo quando no todo ou em parte provocada pela própria elite econômica (SOUZA, 2016, p. 24).

Assim, percebemos que o maior interesse da elite dominante é de enriquecer mais ainda, e com todo seu potencial de manipulação, ela consegue isentar-se de qualquer culpa, ocasionada pela ânsia de riqueza e de poder, a ponto de criar uma falsa-verdade que é legitimada pelas outras elites, levando a opinião pública, a grande massa, a crer em tudo que ela diz. Aqui, percebemos a influência dos meios de comunicação social para tal finalidade.

Na perspectiva da *Radiografia do Golpe,* de Souza (2016), o golpe foi tramado e articulado como uma grande mentira que 1% da população brasileira, a elite do dinheiro, criou, influenciando todas as outras instâncias para legitimar essa verdade, como forma clara de criar uma instabilidade no país e convencer os outros 99% da população de que suas riquezas e sua força de trabalho devem ir para o bolso dessa pequena porcentagem. "Em português claro: como se transformam pessoas inteligentes em imbecis capazes de agir contra si mesmo sem perceber" (SOUZA, 2016, p. 27).

> Eles se associam a interesses econômicos e políticos poderosos e passam a ser ensinadas em escolas e universidades, formando as elites do capital cultural que depois exercem as funções centrais para a reprodução dos privilégios. São essas as ideias dominantes que estarão na mente de quem julga sentenças, de quem escreve jornais, de quem faz a cabeça da sociedade como formadores de opinião (SOUZA, 2016, p. 37).

Desde então, percebemos como essa elite poderosa, formada por uma pequena parcela da sociedade, que está no topo da nova pirâmide social[10], é capaz de legitimar o discurso que desejar para aumentar seus bens e continuar onde então, ou seja, sendo sustentada pela classe trabalhadora que tudo produz. Assim, essa elite do dinheiro, de forma golpista, cria um cenário negativo para a economia, com

[9] Como a maioria dos jornalistas de esquerda, eu achava que George Bush e Tony Blair tinham invadido o Iraque para comprar barato seus campos de petróleo sob a mira das armas. Mas a verdade era pior, muito pior. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br> Acesso em: 20/07/2019.

[10] Olhando para além da renda da população, a nova classificação socioeconômica do país, montada pelos pesquisadores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA-USP), leva em conta renda, escolaridade, posse de bens duráveis, acesso a serviços públicos, entre outros, num conjunto de 35 indicadores. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 21/09/2019.

ajuda da mídia, do Poder Judiciário e do Congresso, demonizando o Estado e, principalmente, no caso de 2016, o Poder Executivo Federal, como sendo o único e exclusivo culpado por esta instabilidade forjada, produzindo um discurso que visa manter as regalias e os privilégios das maiores corporações e das próprias instituições aliadas em golpear o Estado Democrático.

> Veremos adiante que o casuísmo golpista de hoje deixa de demonizar o Estado para demonizar apenas o poder executivo – afinal, o Congresso foi comprado em grande medida e o poder judiciário funciona como partido corporativo para manter suas regalias e privilégios (SOUZA, 2016, p. 40).

Essa necessidade forjada de um processo, aparentemente legítimo, nada tem a ver com corrupção ou qualquer outra coisa. Esse processo, para Souza (2016) e outros teóricos como Rovai (2016) e Guerra (2017), é "a elite que mandava e manda no país pensando apenas no máximo de dinheiro no prazo mais curto possível" (SOUZA, 2016, p. 44).

Os governos petistas, com sua política que tentava agradar tanto a elite quanto as classes menos favorecidas, acabaram sendo colocados em descrédito pela turma do dinheiro, num jogo de luta de classes, com total desconfiança, sendo desacreditado e desmoralizado através dos meios de comunicação, pela mídia, que de forma partidária, veiculava diariamente notícias seletivas que incriminavam os governos do PT, numa tentativa exitosa de mudança para um sonho de desenvolvimento econômico, porém, que só beneficiaria a classe economicamente dominante, como ocorreu em situações anteriores no exemplo do golpe de 1964.

A informação distorcida, a desinformação, a manipulação dos fatos e os casos de corrupção seletiva, em seus noticiários televisivos, virtuais, impressos e radiofônicos, desde 2006, tentavam e gestavam o desejo de interromper o governo petista, com os famigerados casos do Mensalão, Petrolão e, posteriormente, o que se denominou em Operação Lava Jato. "O Mensalão foi o ensaio geral para o golpismo de agora, especialmente do seu núcleo fundamental: a ação concertada entre mídia e aparato jurídico-policial do Estado" (SOUZA, 2016, p. 50). Ainda, deve ser levado em consideração, a posteriori, as chantagens sofridas pelos partidos políticos, que servem à elite do dinheiro, em busca de privilégios e regalias.

Ressalta-se que o Partido dos Trabalhadores, com sua política de coalisão, teve que se unir a partidos como o MDB, numa perspectiva de conseguir efetivar seu plano de governo para as classes dominantes e dominadas, sendo este um ponto de equilíbrio. Porém, durante o governo petista, a elite endinheirada, expressão usada por Jessé de Souza em *Radiografia do Golpe*, nunca se contentou com a ascensão das camadas mais populares aos direitos de bens, serviços, salários e outras políticas sociais de inclusão.

Em sintonia com a elite dominante, a grande mídia comprou esse discurso de demonização dos governo petistas, como sendo a pior organização criminosa deste país, haja vista que "o combate a corrupção efetiva é o último dos objetivos dessa mídia" (SOUZA, 2016, p. 50), ela está apenas sendo massa de manobra para os interesses das grandes corporações. "A manipulação midiática visa apenas a eliminação do inimigo político e trabalha contra qualquer mudança real na verdadeira transparência que importa: aquela que limita a compra da política pelo grande capital" (SOUZA, 2016, p. 50).

Em consonância com essa ideia, está a pior classe social, conforme Souza (2016) que, em vã ilusão, se acha elite, porém não deixa de ser classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para a turma endinheirada. Assim, "é, nesse segmento, que a mídia-partido, posando de neutra e de instituição de utilidade pública, possui efetiva penetração" (SOUZA, 2016, p. 51). Essa classe média, possui apenas os meios de comunicação oficiais e institucionalizados como única e exclusiva fonte de informação, deixando-os cada vez mais ignorantes diante do real cenário político.

Nesse contexto, a eleição da presidenta Dilma Rousseff chegou como sendo uma continuação do tempo de bonança deixado pelo ex-presidente Lula, porém, ela foi muito mais audaciosa quanto decidiu romper, em 2013, com o acordo rentista das grandes corporações. Seu objetivo estava pautado na tentativa de equiparar os juros do país aos juros mundiais, tornando a seara de investimentos favorável para um sonho de prosperidade a longo prazo, diferente das grandes indústrias que sempre, numa perspectiva liberal, puderam taxar seus próprios juros e enriquecer cada vez mais com a exploração exorbitante da classe trabalhadora.

Porém, nesse jogada arriscada, conforme Souza (2016), a presidenta Dilma acabou "perdendo todas as suas fichas" e se viu encurralada pela elite do dinheiro, assim com todo apoio midiático, grandes manifestações começaram a surgir, pedindo que ela fosse impedida de continuar a frente daquele que é o cargo de maior importância para o cenário político de um país. Um onda de instabilidade instaurou-se pelo país, a grande mídia, que detém o poder de comunicação em massa, manipulava as informações, com base nos interesses do grande capital e suas corporações, levando ao início de uma farsa organizada para derrubar o Partido dos Trabalhadores, a credibilidade dos governos petistas, com a organização ardilosa de um ataque sistemático à então presidenta e a tudo que ela e o ex-presidente Lula representassem.

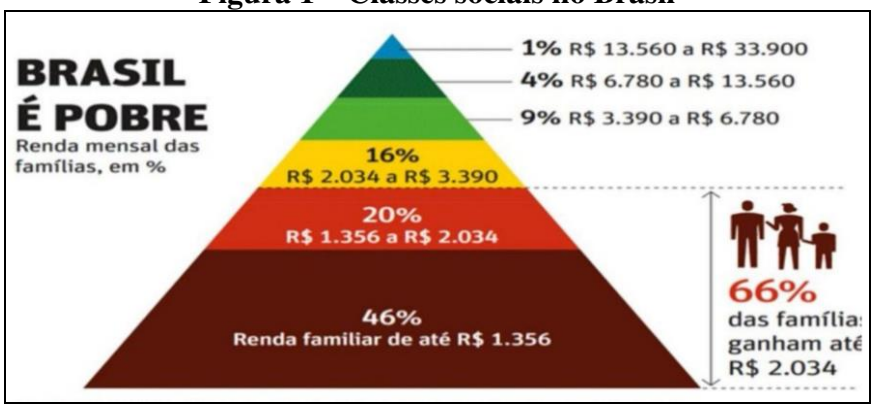
Sobre essa discussão acerca das classes sociais brasileiras, o autor de *A Radiografia do Golpe*, elenca, no cenário atual, quatro classes sociais distintas e bem delineadas, como sendo:

- *classe 1* - a elite do dinheiro que domina e explora todas as outras, estando simbolicamente no topo da pirâmide;
- *classe 2* - sendo a classe média, multifacetada, que se espelha no desejo em ser classe 1;

- *classe 3* - que é a população trabalhadora e precária em sua imensa maioria;
- *classe 4* - que é denominada pela elite como a "ralé brasileira", ou seja, a classe excluída que está abaixo da linha da dignidade.

Em sintonia com esse pensamento e tendo por base dados coletados em pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, o portal de notícias R7[11], em seu blog sobre conhecimento científico, divulgou um estudo acerca desse novo modelo de organização de classes sociais, no Brasil, conforme evidenciado na figura que segue:

Figura 1 – Classes sociais no Brasil



Fonte: https://conhecimentocientifico.r7.com/classes-sociais

Esse cenário elencado pelo portal de notícias R7 é bastante contundente quanto a atual situação econômica das famílias brasileiras e necessário para a compreensão efetiva na perspectiva da consciência de classe e do jogo escancarado que a elite faz para continuar no topo da pirâmide social. Nesse sentido, Souza (2016) mostra sobre a necessidade urgente no país de se conhecer a divisão de classes, na contemporaneidade, para se entender efetivamente sua participação no processo de constituição do golpe, mascarado de impedimento, que levou a presidenta Dilma Rousseff a ser destituída, com questões que, em sua concepção, se forem respondidas, chegaremos a conclusões sobre a participação, principalmente da classe média, nesse processo fraudulento.

> A compreensão efetiva do mundo exige a reconstrução do conceito de classe social. Sem ele, não temos condições de entender como funciona e como nos tornamos vítimas da manipulação midiática as rasteira. Como funciona o Brasil enquanto sociedade de classes em luta por recursos

[11] O estudo mostra que as denominações variam dentro das condições de economia de cada segmento desses. É que a Classe Alta é comumente denominada de "A". Já a Classe Média também se chama "B" ou "C". A Classe Baixa é ainda rotulada de "D" e "E", só que esta última geralmente é composta por quem está abaixo da linha da pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística faz uma divisão bem peculiar da sociedade brasileira. Ainda conforme a renda familiar mensal, na Classe A estão os que ganham mais de 20 salários-mínimos. Na Classe B, o que recebem mensalmente de 10 a 20 salários-mínimos. Já Classe C aufere de 4 a 10 salários-mínimos. Por fim, na Classe D, de 2 a 4 salários- mínimos, enquanto que na Classe E, percebe-se até 2 salários-mínimos. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/classes-sociais>. Acesso em: 23/11/2019.

> escassos? Como se dá a relação entre as classes? Quais os conflitos e quais as alianças possíveis entre elas? Quem explora e quem é explorado ou manipulado? (SOUZA, 2016, p. 57).

A luta de classes, prioritariamente das classes elevadas contra as classes baixas, foi fator determinante no processo de construção de um discurso demonizador dos governos petistas, a ponto de chegar à farsa institucionalizada do *impeachment* que, desde o princípio, foi o desejo da elite do dinheiro em exterminar a "ralé" dos aeroportos e dos programas sociais de transferência de renda, pois se acreditava que eram "vagabundos" e "preguiçosos" sem vontade de trabalhar, além, do ponto principal, a exclusão da classe oprimida, há séculos, dos espaços institucionalizados de educação formal, como a universidade.

> As classes sociais e seu estudo são fundamentais, posto que permitem esclarecer o segredo mais bem guardado das sociedades modernas: o fato de que elas não são "sociedades de indivíduos" que lutam em condições de igualdade de oportunidades, mas sim sociedades que perpetuam privilégios injustos pela reprodução, desde o berço dos privilégios de classe (SOUZA, 2017, p. 57).

Percebemos, então, apoiando-se em Souza (2016), que o impedimento da presidenta Dilma, nada ou pouco teve a ver com o interesse de se combater uma possível corrupção, também gestada pela elite do dinheiro com parceria da mídia hegemônica, uma vez que não se coloca em ênfase as próprias corporações milionárias que financiam políticos, que por sua vez, são eleitos e durante todo mandato trabalham para compensar, via dinheiro público, através de favorecimento, suas financiadoras.

O que se viu, durante todos esses anos, com os governos petistas e seu projeto político de inserção social das camadas mais populares, foi uma manipulação das informações nos meios de comunicação e um discurso de combate à corrupção, porém de forma seletiva, quando se combatia na verdade era o PT e tudo que ele representava, com *shows* diários de hipocrisia e perseguição ao projeto que olhou, mesmo com todos os seus percalços, para a população marginalizada e excluída, que há mais de 500 anos não era vista pelos políticos deste país.

Nesse sentido, com base em Souza (2016), Rovai (2017) e Guerra (2017), podemos traçar o percurso claro do processo de construção discursiva do Golpe de 2016, que iniciou, obviamente, desde que os governos petistas começaram a concretizar o plano governamental de inclusão social. Traçaremos, portanto, o pontapé inicial nas chamadas "jornadas de junho", em 2013, quando uma manifestação localizada, em busca de melhorias municipais, foi direcionada e manipulada pela mídia hegemônica de forma a se "federalizar" (SOUZA, 2016).

O Movimento Passo Livre (MPL), que tem em sua bandeira a luta pela gratuidade dos transportes coletivos, organizava, na ocasião, junho de 2013, várias manifestações em protesto ao aumento tarifário do transporte público na capital paulista, com apoio de outros grupos organizados.

Essas movimentações de rua tinham adesão dos estudantes universitários, que além da pauta de protesto ser contra o aumento das tarifas no transporte público, também reivindicava o apoio do Governo Federal para a implementação de uma política efetiva de geração de emprego, haja vista o baixo índice de oportunidades de trabalhos formais aos profissionais recém-formados.

Na contramão das manifestações, a grande mídia hegemônica brasileira começou a insuflar a população com discurso próprio e partidário em defesa da elite endinheirada, com diversas reportagens, notícias, entrevistas, pesquisas etc., que pudessem, mesmo que manipulada, pôr em descrédito o Governo Federal. A então presidenta, com discurso conciliador, acabou se perdendo e ficando à mercê do pensamento político midiático anticorrupção, surgindo então, posteriormente, a famigerada operação Lava Jato, com sua farsa de imparcialidade.

As manifestações de junho foram massivamente noticiadas pelos mais diversos meios de comunicação social, incluído o próprio porta-voz da elite do atraso, dos partidos conservadores e da extrema-direita, o Jornal Nacional, como afirma Jessé de Souza, uma vez que noticiava enfaticamente as manifestações, como sempre, de forma pejorativa, destacando tumulto, depredação e saqueamento de lojas, violência e tudo que pudesse desestabilizar o movimento. Expressões como vandalismo e prejuízo foram recorrentes nos meios de comunicação, em vista de desestimular e informar a população que tem apenas esses meios como fonte exclusiva de informação, o quão negativa eram as manifestações que paralisavam a cidade e incomodavam o sossego da tradicional família brasileira.

Em meio aos noticiários de criminalização das manifestações, pela primeira vez o Jornal Nacional fazia referência à PEC 37[12], mostrando agrado ao Ministério Público (MP) e lançando as primeiras bases de aliança entre o "aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa" (SOUZA, 2016, p. 89). Na grande maioria dos países, as atividades de investigação criminal são restritas as polícias civil e federal, pauta central da PEC 37, porém indesejada pelo MP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amanhã vai ser outro dia
(CHICO BUARQUE)

Os meios de comunicação, principalmente o Jornal Nacional, noticiaram de forma negativa, entre os dias 10 e 16 de junho de 2013, os protestos contra o aumento tarifário, iniciado em São Paulo e estendido por quase 100% das capitais brasileiras, porém, de forma manipulada, a mídia acrescentava outras discussões que pudessem mudar o foco central dos protestos que estavam na esfera municipal e

[12] De acordo com o texto da PEC 37, o Ministério Público poderia ser impedido de realizar investigações criminais por conta própria e deveria atuar apenas como titular da ação penal na Justiça. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 21/09/2019.

estadual, para os problemas de "corrupção" no âmbito federal. Em meio a esse cenário e as articulações partidárias, elitistas e midiáticas, os noticiários, que até então entendiam os protestos como vandalismo e tumulto ao sossego público, agora mudam estrategicamente seu discurso e se posicionam em defesa das manifestações, não mais com vandalismo, mas como uma resposta da população aos desmandos e desajustes do Governo Federal, numa perspectiva completamente manipulada e diferente da ideia inicial das "jornadas de junho".

Em suma, todo esse percurso colaborou significativamente para o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, uma vez que todos os equipamentos políticos, jurídicos e midiáticos estavam a serviço do golpe, como afirma Souza (2016), tendo em vista facilitar o processo e estacar de vez os problemas relacionados aos governos petistas, que eram dar voz e vez àqueles que durante mais de 500 anos de história do Brasil, sempre estiveram por trás das cortinas, nesse cenário social excludente.

Esperamos, contudo, que a discussão empreendida neste artigo possa despertar para a reflexão efetiva desse evento político, construído e articulado, principalmente com o apoio da mídia hegemônica, haja vista que todo o cenário social que se vivencia na contemporaneidade está intrinsecamente ligado ao golpe como um possível desdobramento, bem como uma atenção especial aos mecanismos inerentes ao uso efetivo da linguagem que colaboram para a construção das relações sociais.

REFERÊNCIAS

BRAZ, M. "O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário". **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 128, janeiro/abril, 2017.

CASTILHO, M. L. **O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades**: uma abordagem crítico-discursiva (Tese de Doutorado em Linguística). Brasília: UNB, 2013.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse:** textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FONSECA, F. "Mídia, poder e democracia: teorias e práxis dos meios de comunicação". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, junho/dezembro, 2011.

FONSECA, P.C.D.; CUNHA, A.M.; BICHARA, J. S. "O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo". **Revista Nova Economia**, n. 23, maio/agosto, 2013.

GUERRA, A. **Brasil 2016**: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

GUTMANN, J. F. “Articulações entre Dispositivos Televisivos e Valores Jornalísticos na Cena de Apresentação do Jornal Nacional”. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: INTERCOM, 2009.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMALHO, V. “Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico”. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 8, 2006/2007.

RESENDE, V. M; RAMALHO, V. “Análise de Discurso Crítica, Modelo Tridimensional à articulação prática: Implicações teórico-metodológica”. **Linguagem em (Dis)curso – Lem**, vol. 5, n. 1, 2004.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

ROVAI, R. **Golpe 16**. São Paulo: Edições Fórum / Publisher Brasil, 2016.

SILVA, A. E.A. **O processo de legitimação discursiva do golpe de 2016 pela grande mídia**: uma análise de discurso crítica nas revistas veja e época (Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada). Fortaleza: UECE, 2019.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 3 | Nº 8| Boa Vista |2020

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima